Detalhe de Oferta de Emprego

Código da Oferta: OE202503/1119

Tipo Oferta: Procedimento Concursal para Cargos de Direção

Estado: Ativa

Nível Orgânico: Câmaras Municipais

Organismo: Câmara Municipal de Oeiras

Regime: Cargos não inseridos em carreiras

Cargo: Direção Intermédia de 2º grau

Área de Actuação: A Divisão de Coesão Social encontra-se prevista no artigo 88.º do Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Oeiras (ROSMO), tendo por missão promover uma intervenção social integrada de base territorial atuando ao nível das vulnerabilidades e aproveitando as potencialidades locais na execução de medidas, políticas, projetos de intervenção e programas municipais nas áreas da ação social, da saúde, do emprego e da formação profissional.

Remuneração: 2867,27

Suplemento Mensal: 213.67 EUR

A Divisão de Coesão Social designada abreviadamente por DCS, tem por missão promover uma intervenção social integrada de base territorial atuando ao nível das vulnerabilidades e aproveitando as potencialidades locais na execução de medidas, políticas, projetos de intervenção e programas municipais nas áreas da ação social, da saúde, do emprego e da formação profissional.

Para a prossecução da sua missão, compete à DCS, através dos seus Núcleos, nomeadamente as seguintes funções:

Núcleo de Intervenção Social (NIS):

a) Promover a articulação com as unidades orgânicas competentes, com as Instituições Particulares

de Solidariedade Social (IPSS), cooperativas, associações da sociedade civil, freguesias/uniões de freguesia, empresas e demais atores locais, na conceção de uma estratégia de coesão social integrada, garantindo uma complementaridade de ações e a maximização dos resultados atuando ao nível das vulnerabilidades locais;

b) Planear e articular a intervenção social e a qualificação dos recursos para o desenvolvimento social do concelho, assegurando a coordenação da Rede Social, o funcionamento do Conselho Local de Ação Social de Oeiras e a sustentabilidade das comissões sociais de freguesia;

c) Elaborar, executar e avaliar os instrumentos de planeamento globais e sectoriais nomeadamente o Plano de Desenvolvimento Social, o Diagnóstico Social, entre outros, em estreita articulação com os

diferentes serviços do município e atores locais;

d) Propor e assegurar a participação em organismos e projetos nacionais e internacionais, relacionados com as problemáticas sociais;

e) Colaborar com os agentes locais e outros serviços municipais, numa intervenção em rede, no

desenvolvimento de programas especiais e integrados visando a dinamização de práticas colaborativas

através de metodologias participativas;

f) Fomentar parcerias com as instituições particulares de solidariedade social e outros agentes sociais, assegurando, sempre que possível, apoio financeiro e logístico à sua atividade;

g) Criar condições para facilitar o acesso das organizações sociais locais, a informação e programas de apoio do município e de outras entidades nacionais e comunitárias, que favoreçam a sua sustentabilidade e que contribuam para a melhoria contínua das respostas prestadas e para aumentar os seus padrões de qualidade;

h) Desenvolver mecanismos de gestão e controle dos apoios, de modo a corresponder às necessidades

das entidades do concelho, bem como elaborar, executar e monitorizar as obrigações contratuais decorrentes dos protocolos e contratos celebrados;

i) Propor os termos e as modalidades de cooperação a desenvolver com entidades e organismos, zelando pelo cumprimento dos protocolos de

Conteúdo Funcional: colaboração estabelecidos, visando grupos especialmente vulneráveis ou em risco de pobreza e exclusão social;

j) Colaborar em rede através de metodologias de proximidade, com organizações e associações locais, outras estruturas formais ou informais da comunidade, com vista à concretização de projetos, programas ações e eventos promotores do

desenvolvimento social local nas áreas da intervenção social (famílias, crianças em risco, idosos, pessoas com deficiência e/ou incapacidade, pessoas em situação de sem abrigo, vítimas de violência doméstica, migrantes, entre outros);

k) Programar e desenvolver projetos de intervenção social visando os grupos mais vulneráveis

e assegurar a intervenção adequada em situações de emergência social, ativando os recursos adequados, em prol da autonomia e integração social;

l) Promover, desenvolver e apoiar programas de promoção de um processo de envelhecimento bem-sucedido;

m) Colaborar com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras, assegurando a sua representação e garantindo o seu regular funcionamento;

n) Assegurar o funcionamento eficaz dos Centros Locais de Apoio à integração de Migrantes, em articulação com a rede social concelhia;

o) Promover medidas e políticas de intervenção junto da população sem-abrigo, nomeadamente através da dinamização do Núcleo de Planeamento e Intervenção com Pessoas Sem-Abrigo de Oeiras (NPISA Oeiras);

p) Gerir o Banco Local de Voluntariado e reforçar os valores de cidadania através da prática do voluntariado social;

q) Garantir princípios e abordagens de intervenção que promovam a equidade, a justiça social e a igualdade de oportunidades e de género;

Núcleo de Emprego e Formação Profissional (NEFP):

a) Assegurar o funcionamento dos Gabinetes de Inserção Profissional municipais;

b) Desenvolver medidas facilitadoras de acesso ao emprego e à qualificação profissional;

c) Garantir um apoio de proximidade aos desempregados, facilitando os seus processos de inserção profissional;

d) Assegurar parcerias e redes com diversos agentes locais e entidades empregadoras no âmbito da inserção profissional;

e) Assegurar o funcionamento, através de gestão própria ou através de apoio a entidades, de respostas facilitadoras de acesso ao emprego e capacitação, como o Centro Qualifica do município de Oeiras e a Bolsa de Emprego e Formação;

f) Promover iniciativas que fomentem o empreendedorismo social com vista à criação de micro negócios sociais;

g) Implementar e/ou acompanhar ações dirigidas a grupos específicos no âmbito da sua inserção profissional.

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação: N/ Aplicável

Trabalhador em funções públicas contratado ou designado por tempo indeterminado, licenciado, dotado de competências técnicas e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúna quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categoria para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, 15 de janeiro, na sua redação atual, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual.

Perfil: Competências:

- Orientação para os resultados;
- Tomada de decisão;
- Liderança;
- Orientação para a mudança e inovação;
- Inteligência emocional;
- Organização, planeamento e gestão de projetos;
- Orientação para a colaboração;
- Orientação para o serviço público
- Visão estratégica;
- Negociação e influência

Métodos de Selecção a Utilizar: Avaliação Curricular e Entrevista Pública

Presidente

Dr. Luis Filipe Castanheira Afonso, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social do Município de Oeiras;

Composição do Júri: Vogais Efetivos

1.º Vogal Efetivo: Dr. Nuno Filipe Pires Lopes, Diretor do Instituto S. João de Deus;

2.º Vogal Efetivo: Dr. Rui Miguel Patrica Alves Antas Godinho, Diretor da Direção de Infância Juventude e Família da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Câmara Municipal de Oeiras	1	Largo Marquês de Pombal	Oeiras	2784501 OEIRAS	Lisboa	Oeiras

Total Postos de Trabalho: 1

Requisitos Legais de Provedimento: B - Os constantes no artigo 12º da Lei n.º49/2012, de 29 de agosto.

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Jornal Oficial/Orgão de Comunicação Social: DR - 2.º série de 31 de março de 2025 - Aviso n.º8533/2025/2 e Jornal "Diário de Notícias"

Apresentação de Candidaturas

Local: A candidatura deve ser remetida para o email: dgp-recrutamento@oeiras.pt

Formalização da Candidatura: A candidatura deverá ser apresentada no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Pública (BEP) e formalizada em requerimento, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Oeiras. Os candidatos deverão entregar, juntamente com o requerimento, sob pena da candidatura não ser considerada, os seguintes documentos:

- Curriculum vitae detalhado, devidamente atualizado, datado e assinado, do qual conste, designadamente a identificação completa, as habilitações literárias e profissionais, com indicação das funções que exerce, bem como as que exerceu, com indicação dos períodos de duração e atividades relevantes, a formação profissional detida, com indicação das ações de formação finalizadas, entidades que as promoveram, duração e datas de realização;
- Fotocópia dos certificados de habilitações académicas. Os candidatos possuidores de habilitações literárias obtidas em país estrangeiro, deverão apresentar, em simultâneo documento comprovativo das habilitações correspondente ao reconhecimento das habilitações estrangeiras previstas pela legislação portuguesa (quando aplicável);
- Documentos comprovativos da experiência profissional mencionada no Curriculum vitae;
- Documentos comprovativos de cada ação de formação frequentada e mencionada no Curriculum vitae;
- Declaração devidamente autenticada e atualizada (reportada ao prazo estabelecido para apresentação de candidaturas) emitida pelo serviço ou organismo a que o candidato se encontra vinculado, onde conste inequivocamente a natureza do vínculo à Administração Pública, a antiguidade na carreira e/ou categoria, e ainda, o conteúdo funcional com especificações das tarefas e responsabilidades inerentes ao posto que ocupa;
- Outros considerados pertinentes pelos candidatos.

Contacto: 214408741

Data de Publicação 2025-03-31

Data Limite: 2025-04-14

Observações Gerais: As notificações serão feitas através de correio eletrónico. O procedimento concursal é urgente, não havendo lugar a audiência dos interessados nem efeitos suspensivos de recurso administrativo do despacho de designação, ou de outro ato praticado no decurso do procedimento, em conformidade com o n.º 12, n.º 13 e n.º 14 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.